

# ***Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil\****

Carlos Souza \*\*

IVANA LIMA, pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa e professora da PUC-Rio, estuda de maneira bastante original em seu trabalho *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil* as idéias por trás da mestiçagem brasileira, entendendo-a não apenas como uma união de raças fruto de uma miscigenação que seria na teoria natural. Entender os sentidos da mestiçagem no Brasil, neste sentido, passa por um processo de conflito e representações políticas: as *cores* que advém do entrecruzamento de raças no século XIX obtêm, em determinados momentos do Império, sentidos os mais variados. Ivana busca entender as marcas de uma polissemia, uma vez que os sentidos e usos das cores (e da mestiçagem) são extremamente variáveis dependendo do tempo / espaço / lugar. Ainda segundo um contemporâneo, mestiçagem como princípio de confusão.

Entre 1831 e 1833 apareceram na corte imperial jornais com títulos bastante sugestivos: *O Brasileiro Pardo, O Homem de Cor, O Crioulinho, O Indígena do Brasil, O Filho da Terra, O Cabrito*, entre outros, que servem de ponto de partida para a autora: quais os sentidos por trás dos nomes desses periódicos naquele período específico? Ivana destaca que a questão da identidade nacional era um dos principais problemas a serem resolvidos no período, estando intimamente ligado à formação da sociedade política.

\* Resenha do livro LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

\*\* Carlos Eduardo Dias Souza é licenciado em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (campus Seropédica) e mestrando em História Social da Cultura na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Publicado em História e-História, 28 de julho de 2009.

Logo, percebe-se um processo que forjou uma espécie de linguagem racial das disputas políticas, usando da imprensa como guia, interpretando-a como sendo capaz de forjar as identidades do período. Ser mulato, neste momento de disputas, aproximava-se do ideal nacional, uma vez que o mulato era entendido como cor original dos nativos da terra, dos brasileiros de verdade.

Ivana analisa a imprensa como um teatro onde vários dramas eram representados, dentre eles as reivindicações de identidades raciais. A partir disso, criava-se um espaço inicial de discussão nos periódicos para daí partir a política. A autora parte então para análise do mulato a partir dos sentidos por trás dos nomes de jornais como *O Homem de Cor*: quais os sentidos atribuídos à raça / à cor? É interessante notar que cor e posição política eram destacadas, bem como a interpretação de palavras como mulato, a partir da liberdade o homem de cor como contrário aos brancos moderados, mas aliado dos brancos não-moderados. Não se confundia com escravos. Redatores contemporâneos partiam do princípio de que não há uma diferença essencial na cor em si. Segundo Ivana, O viés da diferença é, portanto, mais uma vez, político, sendo a palavra *mulato* (ou outras que exprimissem a mesma idéia) usada de diferentes formas e com diferentes sentidos dependendo da situação política. A variedade de usos e palavras para identificar o homem de cor demonstra a extrema complexidade das formas de identificação, também parte de uma linguagem racial na apresentação de disputas políticas.

No segundo capítulo a autora explora os usos da mestiçagem nos censos populacionais do Império. De forma bastante original, Ivana recorre aos poucos censos disponíveis para analisar os termos usados, afinidades em seus usos em diferentes casos e principalmente os interesses por trás da realização dos mesmos. Era necessário ordenar, conhecer a população do Império, definindo a partir das cores da população as bases da linguagem oficial acerca da cidadania no período. A estatística serviria ao Estado para descrever, calcular, analisar e orientar as ações políticas e administrativas, daí a importância de conhecer a população para melhor ordená-la no sentido de permitir ações mais eficazes do Estado sobre a mesma, uma vez que nem todos eram livres ou

cidadãos: a estatística ajudava a construir a realidade da divisão da população segundo o ser ou não escravo.

Havia várias formas de classificar a população, feitas por cada freguesia ou província de acordo com sua realidade. Algumas dividiam a população de acordo com situações oficiais: casamentos, batismos e óbitos, dividindo as classificações entre livres e libertos de um lado e escravos de outro, como era em algumas freguesias da corte. Outras freguesias, na corte inclusive, dividiam os mapas populacionais em brancos, livres e escravos. Teria predominado uma única divisão explícita segundo Ivana que era a entre livres e escravos. Esta classificação por cores não foi unanimidade e foi mesmo questionada em 1851 pela população de Pernambuco com medo de vê-la ser usada como tentativa de escravização (o registro da população foi visto e chamado pela mesma como lei do cativo). Já, por exemplo, o maior e mais completo censo do Império, de 1872, não inquiriu sobre a cor da população, demonstrando o início da mudança do debate político acerca das classificações por cor.

Outros censos, por sua vez, realizados na província do Rio de Janeiro e mesmo na corte buscavam ser mais completos, como o provincial de 1848, que levantava condições, raças, sexos, idades, nacionalidades, estados e ocupações, ou o da corte de 1870 que levantava, das pessoas de cada casa, quais eram da família, agregados e escravos, assim como o sexo, condição, idade, religião, nacionalidade, estado e profissão de cada uma. No caso da corte não havia distinção por cor, que não significa dizer que a cor mais escura não era vista como marca de inferioridade ou de suspeição para polícia, mas antes exprime uma dificuldade, segundo Ivana, de mapear as mesmas. A autora complementa: A cor que não é enunciada será a do cidadão, em todas as tensões desse título, ou seja, a cor do cidadão não será questionada, sendo desnecessário para o branco qualquer complemento ou explicação sobre a condição social, problema que a cor parda já exigia. Ambigüidades essas que permeiam inclusive o discurso oficial.

A língua brasileira é o centro do debate no terceiro e último capítulo, onde a autora buscará identificar a construção de um ideal nacional a partir de uma valorização do que seria brasileiro ou nacional dentro de uma perspectiva mestiça, de mistura de elementos diversos. Nesse sentido, era um problema conciliar população e nação. Deveria haver questões que unissem o país, identificadas por contemporâneos nos interesses comuns da nação, como na religião e na língua. Um grande problema, além disso, permanecia, e estava nas tensões entre a língua escrita e falada, sendo por isso mesmo a linguagem, ainda e apesar das tentativas, também um fator de diferenciação.

Os debates acerca do nacional que o romantismo aprofundava também levavam a um uso mais constante do termo língua brasileira, que soava mais nacional. Essa gerigonça luso-africana (que incluía também termos indígenas) era um problema: a língua portuguesa, por sua vez, era associada à religião, costumes e leis, sendo por isso mesmo elemento de nacionalidade, uma vez que é uniformizadora. A oralidade e termos indígenas, contudo, eram usados na nossa literatura como garantia de nacionalidade para a mesma, estando José de Alencar na frente deste debate. Alencar não só debateu os usos da língua, mas também inaugurou uma nova forma de pensar o uso de termos indígenas na literatura. A natureza e a língua indígena eram tidas como requisitos para nacionalizar nossa literatura, onde a língua de matriz européia seria a raiz, mas não a forma original das futuras línguas de toda a América, a brasileira inclusive. Portanto, vê-se que o uso de uma língua tal qual o antigo colonizador usava não era tido como pré-requisito para criação de uma literatura nacional, pelo contrário: quem sorve o figo não fala a mesma língua de quem chupa o caju, já dizia Alencar.

Foi ainda Alencar quem debateu a questão racial em suas obras ora o índio como herói de sentimentos nobres e civilizados em *O Guarani*, ora a mestiça sensual (tipo brasileiro) filha ilegítima e fruto de um amor proibido da mãe (negra) com o pai (branco). Os negros por sua vez só começaram a ser tema da cultura nacional formal a partir da década de 1860 com Alencar e a peça Mãe, condenada por Joaquim Nabuco mas destacada por Machado de Assis. Destaque-se em Mãe o amor ao extremo de uma mãe que vive como escrava de seu filho para servi-lo e estar perto dele ao mesmo

tempo em que esconde sua maternidade para evitar a vergonha que causaria ao filho por ter uma escrava como mãe. Nabuco fez duras críticas ao dizer que qualquer outro animal” poderia ser tema da peça, enquanto Alencar rebatia dizendo que, independente da cor, amor de mãe era igual em todas as mulheres e raças. Ainda não seria sem dificuldades que os negros bem como a escravidão seriam debatidos pela elite imperial, mesmo sendo o momento aparentemente propício para isso.

A autora conclui, partindo da desconfiança sobre a idéia de identidade e suas implicações (alteridades e experiências possíveis) que a mestiçagem deve ser encarada como muito mais que um contato entre raças e povos, mas como construções e destruições variáveis. O Brasil oitocentista debatia a questão racial ao tentar encontrar seu espaço entre as nações civilizadas questão racial que não se resumia à diferenciação entre brancos e não brancos, extremamente simplificadora segundo a autora, mas que se espalhava em termos como cabras, pardos, dentre outros, que não estavam isentos de diferentes e cambiantes significados políticos. Logo, há uma multiplicidade de significados e interpretações, apontando para os também múltiplos caminhos da dinâmica social. Portanto, a identidade é tomada pela autora como dupla condição, de parecer necessária mas ser contingente, fruto de relações de força, e de carregar seu revés inseparável, a alteridade. São cores múltiplas, com marcas diferentes dentro de falas com sentidos (até mesmo políticos) bastante diversos.